ASPECTOS DE INTEGRAÇÃO POLICIAL NO TRABALHO DE POLÍCIA COMUNITÁRIA

Miguel Libório Cavalcante Neto
Oficial da Polícia Militar - São Paulo

A POLÍCIA COMUNITÁRIA QUEBRANDO PARADIGMAS

A primeira idéia que se tem a respeito do tema Polícia Comunitária é que ela, por si só, e particularizada, pertinente a uma ou outra organização policial que a adota, dentro de critérios peculiares de mera aproximação com a sociedade sem, contudo, obedecer critérios técnicos e científicos que objetivem a melhoria da qualidade de vida da população.

Qualidade de vida da população em um país de complexas carências e um tema bastante difícil de ser abordado, mas possível de ser discutido quando a polícia busca assumir o papel de interlocutor dos anseios sociais.

A importância da polícia pode ser resumida na célebre afirmativa de HONORÉ DE BALZAC¹: *“os governos passam, as sociedades morrem, a polícia é eterna”*. Na verdade, não há sociedade nem Estado dissociados de polícia, pois, pelas suas próprias origens, ela emana da organização social, sendo essencial à sua manutenção.

Desde que o homem concebeu a idéia de Governo, ou de um poder que suplantasse a dos indivíduos, para promover o bem-estar e a segurança dos grupos sociais, a atividade de polícia surgiu como decorrência natural. A prática policial é tão velha como a prática da justiça; pois, polícia é, em essência e por extensão, justiça. AURELIANO LEAL², ao analisar o gênese do poder e do dever de polícia, afirma *que a necessidade de regular a coexistência dos homens na sociedade deu origem ao poder de polícia*.

O professor MACAREL apud MORAES³ define polícia *como a prática de todos os meios de ordem de segurança e de tranqüilidade pública. A polícia é um meio de conservação para a sociedade*.

O DESEMBARGADOR ANTONIO DE PAULA apud MORAES⁴ *entende que a Polícia pode ser definida como a organização destinada a prevenir e reprimir delitos, garantindo assim a ordem pública, a liberdade e a segurança individual*.

Afirma ser a Polícia a manifestação mais perfeita do poder público inerente ao Estado, cujo fim é assegurar a própria estabilidade e proteger a ordem social. Com propriedade, o Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, DIODATO LIOY apud GALLI⁵, descreve:

¹Ibid, p. 82.

²POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Doutrina de Polícia Ostensiva*. SP: 1995,p.08.

³MORAES, Bismael B. *Polícia, Governo e Sociedade*. SP: Sonda, p.24.

⁴Ibid, p.25.

A polícia não deve velar senão pelo progresso da sociedade e dos bons costumes, pelo bem-estar do povo e pela tranquilidade geral. Ela foi, com a Justiça, instituída para assegurar a execução das leis, e não para as infringir, para garantir a liberdade dos cidadãos e não para cerceá-la, para salvaguardar a segurança dos homens de bem, e não para envenenar a fonte do bem-estar social. Não deve ela transpor os limites da exigência da segurança pública ou particular, nem sacrificar o livre exercício das faculdades do homem e dos direitos civis, por um violento sistema de precaução.

A Polícia, em seu ideal de bem servir, deve ser tranqüila na sua atuação, comedida nas suas ações, presente em todo lugar e sempre protetora, velando pelo progresso da sociedade, dos bons costumes, do bem-estar do povo e pela tranqüilidade geral.

Ela foi instituída para assegurar a execução das leis e das normas de conduta social, não as infringindo, e assim objetivando garantir a liberdade dos cidadãos (não os cerceando), salvaguardando a segurança dos homens de bem.

A Polícia não deve transpor os limites das convenções sociais, sacrificando o livre exercício dos direitos civis, através de um violento sistema de repressão ou arbitrariedade (diferente de discricionariedade), embora a situação social aparente exigir tal providência.

Espera-se um grau de profissionalismo do policial acima da média dos demais funcionários do Estado, já que possui conhecimentos, aptidões e senso de equilíbrio necessários e indispensáveis para o seu campo de atuação, bastante amplo e próximo, diuturnamente, da população.

Assim, o serviço policial se constitui em uma profissão em que os deveres são maiores do que as regalias. Mesmo nas horas de folga, quando em quase todas as profissões cessa-se a obrigatoriedade da função, não existe esse interregno para o serviço policial. As suas funções são de caráter permanente e obrigatório. Isso implica o dever de ação, sempre que necessário.

DALLARI⁶ argumenta: *em virtude dos problemas sociais, a Polícia ganhou uma relevância muito especial. A sua responsabilidade é grande. Ela é acionada para resolver tudo.*

Espera-se, portanto, uma Polícia eficiente. Essa eficiência decorre exatamente do grau de preparo do profissional. Para atuar corretamente, diante do que a sociedade espera, o policial deve ser e estar preparado. Deve conhecer bem o seu mister, porque não é uma atividade empírica ou amadora, como alguns podem pensar, mas extremamente técnica e científica, em qualquer de seus ramos de atividade.

O ato policial deve ser nobre, elevado, moral e revestido de indiscutível conteúdo ético e moral, com o objetivo de sempre buscar o bem social. O policial é o espelho da sociedade onde convive e trabalha. Para isso, deve estar acima dos demais servidores públicos, de forma que, trabalhando mais, erre menos. Deve ser sóbrio e compreensivo para os humildes e necessitados; forte e inflexível

⁵GALLI, Ítalo - Anais do IV Encontro Nacional dos Delegados de Polícia.SP:Editora São Paulo, 1991, p.58.

⁶DALLARI, Dalmo de Abreu in; **O Papel Da Polícia No Regime Democrático**. SP: Mageart 1996, p.33.

frente aos arrogantes e perversos para, de algum modo, em razão das necessidades e choques sociais, ter que assumir a posição de médico, algoz, confessor e amigo quando necessário.

Há quase 30 anos CATHALA⁷ afirmava: *a polícia é freqüentemente objeto de críticas demolidoras, de apreciações muitas vezes injustas colocando, não raro, toda a instituição sob suspeita mais ou menos velada, por amplos setores da opinião pública, principalmente nos dias de hoje onde a mídia tem presença garantida na discussão dos problemas sociais e, de forma imponderada, utiliza o sensacionalismo como tempero dessas relações.*

PRIMEIRA QUEBRA DE PARADIGMAS: AS DUAS POLÍCIAS

Tradicionalmente se discute a existência Institucional de duas Polícias, uma civil e outra militar, como fossem entidades estanques e que contém estruturas "impossíveis" de se adequar ou se integrar.

Mas, afinal, por que as duas existem com suas riquezas de tradições históricas e diversas contribuições ao povo Paulista?

Por que o fundador destas Instituições criou-as com responsabilidades tão bem definidas?

É exatamente neste ponto que devemos direcionar a nossa discussão. O aspecto técnico-profissional da ação policial. Segundo a Constituição Federal:

As polícias brasileiras têm as suas atribuições estabelecidas na Constituição Federal assim definidas:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CAPÍTULO III

Da Segurança Pública

Artigo 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV- polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º - A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções da polícia marítima, aérea e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

⁷CATHALA, Fernand. *Polícia: Mito ou Realidade*. São Paulo: Mestre Jou. 1973, p.86.

§ 2º - A polícia rodoviária federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais;

§ 3º - A polícia ferroviária federal, órgão permanente estruturado, estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias ferroviárias federais;

§ 4º - Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpo de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º - A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º - Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

A Constituição do Estado de São Paulo de 1988 estabeleceu assim as atribuições de suas polícias:

Capítulo III

Da Segurança Pública

Seção I

Disposições Gerais

Artigo 139 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio.

§ 1º- *O Estado manterá a Segurança Pública por meio de sua polícia, subordinada ao Governador do Estado.*

§ 2º- *A polícia do Estado será integrada pela Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.*

§ 3º- *A Polícia Militar, integrada pelo Corpo de Bombeiros é força auxiliar, reserva do Exército.*

Seção II

Da Polícia Civil

Artigo 140 - A Polícia Civil, órgão permanente, dirigida por delegados de polícia de carreira, bacharéis em Direito, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 1º- *O Delegado Geral da Polícia Civil, integrante da última classe da carreira, será nomeado pelo Governador do Estado e deverá fazer declaração pública de bens no ato da posse e da sua exoneração.*

§ 2º - Aos integrantes da carreira de delegado de polícia fica assegurada, nos termos do disposto no art. 241 da Constituição Federal, isonomia de vencimentos.

§ 3º - A remoção de integrante da carreira de delegado de polícia somente poderá ocorrer mediante pedido do interessado ou manifestação favorável do Colegiado Superior da Polícia Civil, nos termos da lei.

§ 4º - Lei orgânica e estatuto disciplinarão a organização, o funcionamento, os direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho da Polícia Civil e de seus integrantes, servidores especiais, assegurado na estruturação das carreiras o mesmo tratamento dispensado, para efeito de escalonamento e promoção, aos delegados de polícia, respeitadas as leis federais concernentes.

§ 5º - Lei específica definirá a organização, funcionamento e atribuições da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, que será dirigida, alternadamente, por perito criminal e médico legista, sendo integrada pelos seguintes órgãos:

1- Instituto de Criminalística;

2- Instituto Médico Legal.

Seção III

Da Polícia Militar

Artigo 141 - A Polícia Militar, órgão permanente, incumbem, além das atribuições definidas em lei, a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

§ 1º - O Comandante Geral da Polícia Militar será nomeado pelo Governador do Estado dentre oficiais da ativa, ocupantes do último posto do Quadro de Oficiais Policiais Militares, conforme dispuser a lei, devendo fazer declaração pública de bens no ato da posse e de sua exoneração.

§ 2º - Lei Orgânica e Estatuto disciplinarão a organização, o funcionamento, direitos, deveres, vantagens e regime de trabalho da Polícia Militar e de seus integrantes, servidores militares estaduais, respeitadas as leis federais concernentes.

§ 3º - A criação e manutenção da Casa Militar e Assessorias Militares somente poderão ser efetivadas nos termos em que a lei estabelecer.

§ 4º - O Chefe da Casa Militar será escolhido pelo Governador do Estado entre oficiais da ativa, ocupantes do último posto do Quadro de Oficiais Policiais Militares.

Artigo 142 - Ao Corpo de Bombeiros, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil, tendo seu quadro próprio e funcionamento definidos na legislação prevista no § 2º do artigo anterior.

Portanto um segmento policial é responsável pela polícia ostensiva e o outro a polícia judiciária (investigativa). Dentro de uma visão técnica uma completa a outra, pois deve constantemente atuar integrada.

Portanto, não existe policiamento militar nem investigação civil: existe sim um trabalho único de polícia prevista em lei, pois uma busca prevenir o crime, o delito, a desordem, e quando isto não é possível a outra age, completando o chamado Ciclo de Polícia buscando instituir e fazer cumprir a lei, responsabilizando aqueles que prejudicam a paz pública e o bem-estar social.

O Policiamento ostensivo, é ação policial em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda, quer pelo

equipamento, acionamento de viatura. É exercido, visando preservar o interesse qual da segurança pública nas comunidades resguardando o bem comum em sua maior amplitude.

As polícias civis compete o exercício de atividade de polícia judiciária, ou seja, as que se desenvolvem após a prática do ilícito penal após a repressão imediata por parte da Polícia Militar, que transmitirá a Polícia Civil, cabendo-lhe a tarefa cartorária de sua formalização legal e investigatória de polícia judiciária, na apuração, ainda administrativa, da infração penal, exceto as militares e as de outras órgãos do Poder Público, uma vez que o inquérito policial nem sempre é necessário para instruir denúncia a ser oferecida pelo MP (artigo 33 § único da Lei de Organização da Magistratura)

A COMUNIDADE E A POLÍCIA

Em pesquisa realizada em 1993⁸, a respeito do grau de conhecimento da população em relação às suas polícias, se concluiu que o cidadão não consegue distinguir tecnicamente “quem é quem” e “quem faz o que”. A pesquisa apresentou as seguintes conclusões:

o medo e a insegurança dominam a vida das pessoas. Projetos pessoais são abandonados e modificados por esse fator. O cidadão sente que sua liberdade está cerceada pelo medo, e se revolta contra as instituições que, na sua opinião, estão sendo incapazes de garantir a sua integridade, física, emocional e do seu patrimônio econômico;

as diferentes corporações são pouco diferenciadas pelas pessoas, sendo que os entrevistados mais pobres reconhecem a PM;

com dificuldade de diferenciar a tendência é generalizar a PM. E quando se fala ou se pensa na Polícia em geral, a associação mais imediata é a violência;

com raríssimas exceções, os episódios em que a presença da polícia é necessária tem sempre relação com violência. E, mesmo que a presença da polícia tenha por objetivo conter/evitar violência, a associação é inevitável;

independente do lado da ação, a forte associação à violência suscita sentimentos desagradáveis em relação à polícia, sentimentos agravados pela exposição na mídia e pelas experiências negativas vivenciadas;

as ações sociais da polícia são muito pouco divulgadas, e estão muito pouco presentes na memória das pessoas;

a comunidade e a população vem perdendo a confiança na polícia, e não colabora com essa instituição, entretanto sente uma imensa necessidade de proteção;

a população mostra um grande anseio por ações da polícia que sinalizem movimentos em direção à competência e à moralidade;

as pessoas desejam e esperam que a polícia conquiste ou reconquiste a sua capacidade de desempenhar com competência o seu papel primordial que é a proteção do cidadão. E esperam perceber algum esforço de resgate da moralidade, para que se restabeleça a confiança;

no entanto, o quadro que se apresenta é bastante desanimador e favorece muito mais o ceticismo do que a esperança no resgate da confiança na polícia;

⁸Club de Pesquisa, Opinião e Mercado: *Pesquisa qualitativa realizada em 1993 no Estado de São Paulo.*

apesar disto, carente de segurança, a população ainda se mostra receptiva e expressa o desejo de acreditar na polícia;
motivados pela necessidade de confiar naquela instituição que tem por função protegê-los, tentam ainda resgatar e preservar a imagem da polícia, o que se percebe através das seguintes atitudes:
procuram justificativas para as falhas da polícia (má remuneração, falta de equipamentos etc.);
mantém, junto aos filhos, a figura do policial-herói, o que é extremamente importante porque se refere ao futuro;
acreditam no restabelecimento do vínculo de confiança e na colaboração comunidade-polícia através da convivência dos postos policiais. Para isso apontam caminhos para recuperar a eficiência e resgatar a imagem.

Nesta análise conjuntural, afirma ADORNO⁹: efeitos desse processo observam nas imagens e representações que cidadãos comuns revelam sobre as forças policiais, indicativos de graus de confiança, de expectativas e de mitos. O que os estudos vêm apontando com certa insistência é o declínio do consenso no apoio popular às operações policiais. Os policiais são percebidos como pessoas que aplicam a lei, de modo pouco satisfatório. A organização policial tornou-se em algo complexo, afastado das comunidades locais, constrangida a recorrer prioritariamente à força mais do que ao consenso na contenção da ordem pública.

O QUE É A POLÍCIA COMUNITÁRIA

A idéia central da Polícia Comunitária reside na possibilidade de propiciar uma aproximação dos profissionais de segurança junto à comunidade onde atua, como um médico e advogado local; ou o comerciante da esquina; enfim dar característica humana ao profissional de polícia, e não apenas um número de telefone ou uma instalação física referencial. Para isto realiza um amplo trabalho sistemático, planejado e detalhado.

Segundo WADMAN¹⁰ o policiamento comunitário é uma maneira inovadora e mais poderosa de concentrar as energias e os talentos do departamento policial na direção das condições que freqüentemente dão origem ao crime e a repetidas chamadas por auxílio local.

Como afirma FERNANDES¹¹ *um serviço policial que se aproxime das pessoas, com nome e cara bem definidos, com um comportamento regulado pela freqüência pública cotidiana, submetido, portanto, às regras de convivência cidadã, pode parecer um ovo de Colombo (algo difícil, mas não é). A proposta de Polícia Comunitária oferece uma resposta tão simples que parece irreal: personalize a polícia, faça dela uma presença também comum.*

⁹ADORNO, Sérgio et al. *Estratégias de Intervenção Policial no Estado Contemporâneo*. Revista Tempo Social-USP, Vol. 9, 1997, p.02.

¹⁰WADMAN, Robert C. in: *Policiamento Comunitário: Como Começar*. RJ: PMERJ, 1994, Prefácio

¹¹FERNANDES, Rubem César. in: *Policiamento Comunitário: Como Começar*. RJ: PMERJ, 1994, p.10.

TROJANOWICZ¹² faz uma definição ampla do que é policiamento comunitário: É uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

FERREIRA¹³ apresenta outras definições bastante esclarecedoras que corroboram com TROJANOWICZ:

para o Chief Inspector MATHEW BOGGOT, da Metropolitan London Police Department, “Polícia Comunitária é uma atitude, na qual o policial, como cidadão, aparece a serviço da comunidade e não como uma força. É um serviço público, antes de ser uma força pública.

O Chief CORNELIUS J. BEHAN¹⁴, do Baltimore County Police Department assevera: “Polícia Comunitária é uma filosofia organizacional assentada na idéia de uma Polícia prestadora de serviços, agindo para o bem comum para, junto da comunidade, criarem uma sociedade pacífica e ordeira. Não é um programa e muito menos Relações Públicas”.

O Chief BOB KERR¹⁵, da Toronto Metropolitan Police, diz que Polícia Comunitária é o policiamento mais sensível aos problemas de sua área, identificando todos os problemas da comunidade, que não precisam ser só os da criminalidade. Tudo o que se possa afetar as pessoas passa pelo exame da Polícia. É uma grande parceria entre a Polícia e a Comunidade.

Segundo FERREIRA¹⁶:

a Polícia Comunitária resgata a essência da arte de polícia, pois apoia e é apoiada por toda a comunidade, acolhendo expectativas de uma sociedade democrática e pluralista, onde as responsabilidades pela mais estreita observância das leis e da manutenção da paz não incumbem apenas à polícia, mas, também a todos os cidadãos.

Argumenta MURPHY¹⁷:

¹²TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário: Como Começar**. RJ: PMERJ, 1994, p.04.

¹³FERREIRA, Carlos Ademar. **Implementação da Polícia Comunitária – Projeto para uma Organização em Mudança**. SP: PMESP, CSP-II/95, Monografia, p. 56.

¹⁴Ibid,Ibid,p.56.

¹⁵Ibid,Ibid,p.57.

¹⁶Ibid,Ibid,p.58.

¹⁷MURPHY, Patrick V. in: **Grupo de Trabalho para Implantação da Polícia Comunitária**. SP: PMESP/ Conselho Geral da Comunidade, 1993, p.03.

Numa sociedade democrática, a responsabilidade pela manutenção da paz e a observância da lei e da comunidade, não é somente da Polícia. É necessária uma polícia bem treinada, mas o seu papel é o de complementar e ajudar os esforços da comunidade, não de substituí-los.

SILVA¹⁸ considera que *a cultura brasileira resente do espírito comunitário. Somos individualistas e paternalistas, o que dificulta qualquer esforço de participação da comunidade na solução de problemas. No caso da segurança pública, bem essencial a todos os cidadãos, esperar do Poder Público todas as providências para obtê-la é atitude que só tem contribuído para agravar o problema, pois é preciso situar os limites da atuação governamental. (.) Se admitirmos como verdadeira a premissa de que a participação do cidadão na sua própria segurança aumenta a segurança do mesmo e contribui para diminuir o medo do crime. (.) Compete ao Poder Público (Federal, Estadual e Municipal) incentivar e promover os modos de esta articulação de fazer-se de forma produtiva, posto que, agindo autonomamente essas comunidades poderão sucumbir à tentação de querer substituir o Estado no uso da força, acarretando o surgimento de grupos de justicamentos clandestinos e a proliferação de calúnia, da difamação e da delação.* Segundo CARVALHO¹⁹:

ao tentar implantar este modelo, governo e líderes da sociedade acreditaram que esta poderia ser uma forma de democratizar as instituições responsáveis pela segurança pública, isto é, à medida que se abrem para a sociedade, congregando líderes locais, negociantes, residentes e todos quanto puderem participar da segurança local, a polícia deixa de ser uma instituição fechada e que, estando aberta às sugestões, permite que a própria comunidade faça parte de suas deliberações.

Com certeza o policiamento comunitário estimula o retorno às origens da própria instituição, que é o de agência promotora do bem estar social, dentro de limites democráticos de lei e ordem, propiciando integrar coletividade e órgãos públicos. Seguidamente ouvimos dizer que o policial é a representação física do Estado sempre onde se faz presente. Esta visão deve ser enriquecida com o pensamento voltado para que esse profissional seja o instrumento social de interação do Governo e da comunidade.

Segundo TROJANOWICZ²⁰: *o policiamento comunitário exige um comprometimento de cada um dos policiais e funcionários civis do departamento policial com sua filosofia. Ele também desafia todo o pessoal a encontrar meios de expressar esta nova filosofia nos seus trabalhos, compensando assim a necessidade de manter uma resposta rápida, imediata e efetiva aos crimes individuais e as emergências, com o objetivo de explorar novas iniciativas*

¹⁸SILVA, Jorge da. **Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional**. RJ: Forense, 1990, p.117.

¹⁹CARVALHO, Glauber da Silva. *Policiamento Comunitário – Origens*. SP: PMESP, Apostila de Policiamento Comunitário, 1998, p.49.

²⁰Op. Cit, p.05.

preventivas, visando a resolução de problemas antes de que eles ocorram ou se tornem graves.

Por ser uma filosofia e estratégia organizacional, não é peculiar a um tipo ou outro de polícia (ostensiva ou investigatória). É pertinente a organização Policial como um todo, quando ela se volta ao bom atendimento do cidadão.

Dentro desse novo enfoque passamos a perceber o seguinte: a polícia ostensiva deve atuar na preservação (ou na pró-atividade). Busca atuar na diminuição do delito, na orientação imediata, transmitindo a sensação de segurança ao cidadão. Mas esta atividade deve ser realizada com que base técnica-científica, ou seja, Onde é preciso patrulhar para evitar ou minimizar o delito? Qual a incidência criminal na minha área de atribuição?

Então verificamos a outra quebra de paradigma: realizar o policiamento ostensivo sem informações ou critérios, sem base nas incidências e investigações criminais (produto da polícia de investigação), talvez seja apenas guarda patrimonial e não policiamento comunitário.

Ao falarmos em Polícia Comunitária (ou policiamento comunitário) o departamento (ou a polícia) de investigação ganha um valor excepcional pois o seu trabalho ganha valores fundamentados em três pontos:

Valor Jurídico - é peça imprescindível para o desenvolvimento do rito processual complementando assim o ciclo de polícia iniciando-se o ciclo de persecução criminal;

Valor Científico - possibilita a troca de informações com a polícia ostensiva e possibilita direcionar e planejar as ações policiais de forma pró-ativa e, quando necessário, repressiva;

Valor Social - pelos seus resultados, possibilita orientar o cidadão a respeito dos acontecimentos de seu bairro; de sua comunidade. É um tipo de prestação de contas, pois demonstra que o sistema policial é dinâmico.

Conceitualmente Polícia Comunitária (como filosofia de trabalho) difere do policiamento comunitário (ação de policiar junto a comunidade). Aquela indistinta a todos os órgãos de Polícia, esta pertinente à polícia ostensiva.

Contudo não apenas integradas, mas dependentes uma da outra em ações, informações e transparência.

COMO A POLÍCIA DE INVESTIGAÇÃO PODE AGIR COMO POLÍCIA COMUNITÁRIA

Ações peculiares junto à comunidade:

bom atendimento ao público no registro de ocorrências;

auxílio às vítimas (assistência, acompanhamento, etc...);

resposta à comunidade de problemas complexos;

orientações quanto a problemas nocivos que prejudicam a comunidade local;

ações preventivas e de orientação na comunidade;

após às lideranças comunitárias;

estímulo a iniciativa que promovam a integração social.

Ações Integradas:

Polícia Investigativa ⇔ Polícia Ostensiva

Planejamento Estratégico com base na incidência criminal e a complexidade dos problemas locais;

Planejamento Tático (como forma de dissuasão);

Planejamento Operacional → como força repressiva objetivando atingir problemas específicos;

Ações com a participação de outros órgãos públicos que não os de segurança pública.

CONCLUSÃO

Os aspectos abordados não têm o conteúdo crítico, mas reflexão, pois a atividade de polícia ganhou uma importante relevância, pois os números da violência e da criminalidade batem recordes numéricos dentro de perspectivas jamais vistas.